

ANÁLISE DA CATEGORIA “CRISE DA APRENDIZAGEM” PROPOSTA PELO BANCO MUNDIAL

*Jociene Araujo Lima
Emanuela Rútila Monteiro Chaves*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral analisar qual a relação existente entre a categoria “Crise da Aprendizagem” e o aprofundamento da implementação da política educacional neoliberal nos países da América Latina. Esta pesquisa é de cunho exploratório e de natureza bibliográfica e documental. Esse estudo se pauta nos estudos de Leher (1998), Pereira (2018), Carneiro (2019), que destacam o Banco Mundial como executor das políticas globais de educação. Na análise documental iremos analisar o relatório mundial do Banco Mundial, intitulado “Desenvolvimento Mundial 2018: Aprendizagem para realizar a promessa da educação”, (2018). Por fim, concluímos, que a categoria “Crise da Aprendizagem” está relacionada com o aprofundamento da implementação da política e de reformas neoliberais na educação dos países da América Latina, na medida que ela legitima a necessidade de assessoria técnica e da política privatista disseminada pelo Banco como uma solução para a promoção de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Banco Mundial; Crise da Aprendizagem; Educação.

ANALYSIS OF THE “LEARNING CRISIS” CATEGORY PROPOSED BY THE WORLD BANK

Abstract

The general aim of this work is to analyze the relationship between the category "Crisis of Learning" and the deepening implementation of neoliberal educational policy in Latin American countries. This research is exploratory, bibliographical and documental in nature. This study is based on studies by Leher (1998), Pereira (2018) and Carneiro (2019), who highlight the World Bank as the executor of global education policies. In the documentary analysis, we will analyze the World Bank's global report entitled "World Development 2018: Learning to Realize the Promise of Education" (2018). Finally, we conclude that the category "Crisis of Learning" is related to the deepening of the implementation of neoliberal policies and reforms in education in Latin American countries, insofar as it legitimizes the need for technical advice and the privatist policy disseminated by the Bank as a solution for promoting quality education.

Keywords: World Bank; Learning Crisis; Education.

ANÁLISIS DE LA CATEGORÍA "CRISIS DE APRENDIZAJE" PROPUESTA POR EL BANCO MUNDIAL

Resumen

El objetivo general de este trabajo es analizar la relación entre la categoría "Crisis de Aprendizaje" y la profundización de la implementación de la política educativa neoliberal en los países latinoamericanos. Esta investigación es de carácter exploratorio, bibliográfico y documental. Se basa en los estudios de Leher (1998), Pereira (2018) y Carneiro (2019), quienes destacan al Banco Mundial como ejecutor de las políticas educativas globales. En el análisis documental, analizaremos el informe global del Banco Mundial titulado "Desarrollo Mundial 2018: Aprender a hacer realidad la promesa de la educación" (2018). Finalmente, concluimos que la categoría "Crisis de Aprendizaje" se relaciona con la profundización de la implementación de políticas y reformas neoliberales en educación en los países latinoamericanos, en tanto legitima la necesidad de asesoramiento técnico y la política privatista difundida por el Banco como solución para promover una educación de calidad.

Palabras clave: Banco Mundial; Crisis de aprendizaje; Educación.

INTRODUÇÃO

Quando o assunto é educação, principalmente em um cenário internacional, não podemos deixar de destacar o Banco Mundial, um organismo multilateral que possui muita influência e poder na construção de políticas educacionais de todo o globo. Para Leher (1999), o Banco Mundial vem sendo uma instituição cujo poder e atuação pode ser comparado a um ministério mundial da educação dos países periféricos (p.19). O autor ressalta que esse organismo internacional financeiro tem interferido nas políticas educacionais dos países de periferia do capital, elegendo a educação como a grande solução para as mazelas sociais enquanto promotora da justiça social no mundo dito globalizado (LEHER, 1998).

Para Leher (1999) o Banco Mundial dispõe da concessão de empréstimos a países-membros, a maioria nações periféricas como os da América Latina, e desenvolve um conjunto de estudos e consultorias para os seus governos, principalmente sobre o tema educação. Assim, esse organismo tem lançado todos os anos relatórios e documentos que trazem um diagnóstico dos problemas educacionais, que além de promover um diagnóstico, também propõem orientações para “solucionar”, com remédios amargos de accountability e medidas de cunho privatista e gerenciais, os problemas elencados, a qual a crise da aprendizagem receberia destaque.

Em um dos relatórios anuais de desenvolvimento e monitoramento da educação, publicado em 2018, o Banco Mundial apresenta pela primeira vez a problemática da crise da aprendizagem. Em anos anteriores, como de 2015 a 2018, essa agência política do capital afirmou que a prioridade do acesso à educação básica gerou resultados positivos, ressaltando, porém, que isso não foi suficiente, uma vez que mesmo com acesso à escola, a crise nos indicadores e resultados se fez presente. De acordo com o relatório de desenvolvimento mundial de 2018, os jovens estão passando por uma crise da aprendizagem. Desde então, o Banco tem enfatizado gradativamente a importância dos países dedicarem mais atenção a essa questão.

Levando em conta esse pressuposto, neste artigo analisamos as seguintes problemáticas: qual concepção é dada pelo banco para a categoria crise de aprendizagem? Como ele a define? Como a crise da aprendizagem é apresentada pela primeira vez pelo Banco? Para responder a essas perguntas este trabalho tem como objetivo geral analisar qual a relação existente entre a categoria “Crise da Aprendizagem” e o aprofundamento da implementação da política neoliberal para a educação nos países da América Latina.

A relevância deste tema se destaca diante da nova categoria denominada Crise da aprendizagem, introduzida pelo Banco Mundial. Esta categoria enfatiza a importância das avaliações externas e respalda outras políticas no campo do currículo, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), justificando a necessidade da manutenção do controle sobre os resultados e ao alcance dos objetivos de aprendizagem. A crise da aprendizagem também está intimamente relacionada às políticas de financiamento que, atreladas às avaliações, condicionam o investimento em educação. Neste sentido é de extrema importância refletirmos sobre as consequências da intensa participação do Banco Mundial na formulação

das políticas educacionais na América Latina, agora sobre a primazia restrita e neoprodutivista da categoria aprendizagem.

METODOLOGIA

A metodologia usada neste trabalho foi a pesquisa qualitativa de abordagem bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica utilizamos os escritos de Leher (1999), Pereira (2018), Carneiro (2019) que traz uma crítica a atuação do Banco Mundial como executor das políticas globais de educação. Na pesquisa documental examinaremos o relatório mundial do Banco Mundial, intitulado: “Desenvolvimento Mundial 2018: aprendizagem para realizar a promessa da educação” (2018). A justificativa para a escolha do mesmo, se dá pelo fato deste ser o primeiro documento a definir e explicar a categoria “crise da aprendizagem”, além de ser a primeira vez que esse organismo dá centralidade a essa categoria, dando norte as orientações e ao receituário contido no documento “Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento. Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial” (2011).

Este trabalho está dividido em duas partes: na primeira parte foi feita uma contextualização sobre a criação do Banco Mundial e como se deu sua influência nas políticas educacionais dos países periféricos. No segundo tópico analisamos o documento citado acima, que enfatiza a “crise da aprendizagem” como centro das problemáticas sociais. Neste ponto, investigaremos a definição dessa categoria e como ela tem se relacionado com a implementação de uma outra onda de ajustes e políticas neoliberais para o campo da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente a educação está elencada entre as prioridades de muitos organismos multilaterais, que financiam e traçam metas educacionais em todo o mundo. Para compreendermos a funcionalidade dessas ações, analisamos o papel do Banco Mundial enquanto instituição financeira que tem atuado fortemente nos países pobres através de assessoria técnica, intervindo diretamente na organização das políticas sociais.

O Banco Mundial é uma organização financeira internacional, provedora de empréstimos para setores econômicos e sociais dos países membros. Foi criado na conferência de Bretton Woods em 1944 e possuía na sua criação o objetivo de criar um sistema financeiro que auxiliasse, mediante a concessão de empréstimos, a recuperação das economias destroçadas pela Guerra, a fim de evitar futuras crises internacionais. Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial assumindo um papel hegemônico, obtendo o controle de parte importante da economia mundial. Nesse mesmo período, criou o Fundo Monetário Internacional (FMI), vinculado ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). De início, o FMI tinha a intenção de reestruturar e conceder empréstimos a juros baixos aos países arrasados pela guerra e o Banco Mundial, executava uma tarefa secundária “voltado para a ajudar na reconstrução das economias destruídas pela guerra e para a concessão de empréstimos de longo prazo para o setor privado” (SOARES, 1996, p. 18)

O Grupo Banco Mundial (GBM) é atualmente composto por sete organizações: O BIRD, (1944), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID, 1960), Corporação Financeira Internacional (CFI, 1956), Centro Internacional para Conciliação de Divergências

em Investimento (CICDI, 1965), Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI, 1988), e Painel de Inspeção (PEREIRA, 2009, p. 7). Cada organização possui coordenadores, administração e tomada de decisão diferentes, porém vinculadas entre si. Cada uma delas possui suas próprias tarefas, regras, políticas e meios de conseguir assegurar e providenciar seus créditos financeiros e todas trabalham desde a sua criação para empregar suas ações e políticas. Atualmente, segundo Pereira (2022, p. 3), o Banco conta “com 189 países membros e cerca de 12.300 funcionários e escritórios espalhados em mais de 130 localidades ao redor do globo”. O autor ainda afirma que a atuação do Banco no Brasil aconteceu no ano 1949, quando o país contraiu o primeiro empréstimo com a instituição (PEREIRA, 2022).

Segundo Pereira (2022) apesar de sua influência, o Banco não pode exercer controle direto sobre as políticas dos Estados clientes. Por isso, ele é obrigado a utilizar meios indiretos de influência e persuasão para convencer os governos a tomar certas medidas, buscando articular visões e interesses compartilhados. Uma das maneiras dele levar a cabo isso, é através de seus empréstimos. De acordo com Pereira (2022, p.29) o “próprio banco reconhece, que os empréstimos funcionam como veículos para disseminar ideias, orientações e práticas sobre o que os governos devem fazer, e como, em matéria de desenvolvimento”.

Dessa maneira o Banco Mundial, hoje, se caracteriza por ser uma organização que se coloca como agente produtor do conhecimento (PEREIRA, 2005) que atua fornecendo assessoria técnica. Segundo Lethem (1982, p.16):

A assistência técnica aos países clientes tem sido uma parte importante das operações do Banco, desde os primeiros dias. Reconheceu-se claramente que a transferência de recursos financeiros para fins de investimento é uma condição necessária, mas não suficiente, para promover-lhes o desenvolvimento. Assim, o Banco tem ajudado a financiar vários tipos de atividades complementares, para garantir que os projetos sejam efetivamente operacionalizados e, mais que isso, para promover o desenvolvimento dos recursos humanos e da capacitação para a administração econômica e institucional naqueles países.

Logo, além de emprestar recursos financeiros para os países, o Banco ainda presta serviços de como melhor administrar estes recursos. Essa assessoria vem acontecendo em diversas esferas, desde saúde, trabalho, educação, meio ambiente, buscando, segundo Leher (1998), encaixar uma política universal que venha a consolidar a concepção e construção de mundo que os países ricos desejam, no cenário marcado pela crise estrutural do capital. Pode-se atribuir que este poder do Banco de controlar os países periféricos aconteceu devido à crise da dívida externa ocorrida em 1982.

Através dessa crise e do grande número de empréstimos feitos pelo FMI aos países pobres, o Banco tem traçado as políticas dos países periféricos, sem muita oposição, tendo em vista que as políticas condicionadas por ele traziam a ideia de superação da pobreza e a garantia que os investimentos fossem pagos por seus devedores. Assim, essa agência multilateral tem proposto diversos tipos de política e programas para o campo educacional, enxergando na educação a chave para solucionar o problema da pobreza e da desigualdade.

Segundo Leher (1998), o Banco Mundial desde as primeiras investidas e elaborações acerca do problema da pobreza como parte de um pré-requisito importante para o

desenvolvimento econômico, vem determinando a educação como o melhor meio de aliviar a pauperização e a miséria. Conforme Leher (1998), esse organismo concebe a educação elementar como um meio de propagar a agenda articulada de políticas neoliberais, associada ao recuo da Estado e a prática de privatizações.

Nessa direção, o conceito de educação do Banco sempre esteve interligado ao conceito de mercado e investimento econômico. A educação é pensada como estratégia para preparar para o emprego escasso e cada vez mais precarizado, de modo que a gama de trabalhadores, mais precarizados e supérfluos, sigam o movimento atual das engrenagens do circuito da acumulação capitalista. Neste sentido, Silva (2002) traduz a educação para o Banco Mundial, na década de 1970, como uma educação voltada para ensino técnico, dando ênfase a preparação do indivíduo para o trabalho manual.

Para Pereira e Pronko (2014), a implementação da interferência do Banco Mundial nas políticas dos países acontece de dentro pra fora, e que é um engano pensar que essas imposições vêm de forma externa e unilateral. Nesse contexto, os autores enfatizam que para que sejam cumpridas todas as determinações propostas pelo banco, existe uma série de organizações locais que dão suporte a essas políticas. De acordo com Pereira e Pronko (2014, p.14):

Existem formas e mecanismos de pressão e coerção de diferentes tipos (financeiros, políticos, intelectuais e simbólicos) acionados pelo Banco conforme o momento, as circunstâncias e o caso, mas isso é apenas uma parte da história. Com efeito, a atuação do Banco se dá em meio a uma malha larga, densa e bastante opaca de relações, que envolve agentes nacionais e internacionais públicos, privados, não governamentais, filantrópicos e empresariais que apoiam, formulam, adaptam, negociam e veiculam as ideias e prescrições de política da instituição.

Dessa forma, a concretização do ideário do Banco dentro dos países ocorre de forma pensada e negociada, tanto dentro do cenário nacional como internacional. Assim, é preciso compreender que a efetivação das ideias desse organismo atua com o auxílio de parcerias, com interesse de criar uma “malha de agentes envolvidos na construção e difusão de uma visão de mundo que perpassa todos os âmbitos da nossa vida, tornando-se hegemônica” (PEREIRA E PRONKO, 2014, p.90).

Jimenez e Mendes Segundo (2007), asseveram que as intenções do Banco em desenvolver programas em prol da educação, segue a intenção de encaixar a todos, inclusive os pobres, na reprodução do trabalho e do lucro. A expressão “crise da aprendizagem” foi utilizada pela primeira vez no relatório mundial sobre a educação, produzido no ano de 2018, intitulado “Desenvolvimento Mundial 2018: Aprendizagem para realizar a promessa da educação”. Este relatório trouxe uma nova perspectiva para o campo educacional, desenvolvendo uma concepção mais focada na aprendizagem do que na educação (BANCO MUNDIAL, 2018).

A categoria “crise da aprendizagem” tem sido reiterada em outros debates, adquirindo poucas mudanças ao longo dos anos dentro das formulações do Banco. Neste relatório, a crise da aprendizagem pode ser definida como “falta de qualidade do ensino, dificultando o crescimento econômico” (QUEIROZ; LIMA; CHAVES, 2022, p.6).

Logo, este relatório define a “crise da aprendizagem” como uma situação que se encontra a maioria dos países da América Latina e da periferia da capital. O Banco já afirmava para a categoria crise da aprendizagem no documento Desenvolvimento Mundial 2018, que embora os países em desenvolvimento tivessem conseguido realizado grandes avanços em direção ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) , alcançando um maior acesso à educação primária universal, muitas crianças e jovens saíam da escola sem aprendizado, sem proficiência em leitura, escrita e cálculos matemáticos e isso poderia virar uma crise sistemática no futuro. Ou seja, essa foi a primeira discussão do que no futuro seria denominado pelo Banco Mundial de “crise da aprendizagem”.

No relatório de 2018, esse organismo define a “crise da aprendizagem” como um conjunto de aprendizagens não adquiridas pelos estudantes na escola, como: escrita, leitura, cálculo matemática, questões de lógica. Para Guerra & Figueiredo (2021) essas habilidades tão enfatizadas pelo Banco também são as competências essenciais para o exercício de ocupações que demandam o trabalho simples.

O Banco Mundial (2018) também explana em seu relatório três dimensões da crise de aprendizado: a) resultados de aprendizagem insatisfatórios, com baixos níveis, alta desigualdade e progresso lento; b) escolas que não conseguem atender aos estudantes; c) sistemas educacionais que falham com as escolas. São sugeridas três estratégias para superar a crise: i) aumentar o conhecimento sobre os níveis de aprendizado, para que a melhoria se torne um objetivo formal e mensurável; ii) fundamentar as políticas com base em evidências, para que as escolas sirvam à aprendizagem de todos os estudantes; iii) construir coalizões e alinhar os atores para que todo o sistema promova a aprendizagem (BANCO MUNDIAL, 2018).

Neste contexto o relatório de 2018, traça uma contextualização e faz um apanhado de todos os avanços e retrocessos que os países têm feito com relação a questão do desenvolvimento econômico e avanço da pobreza, mostrando que é essencial para a redução da desigualdade e avanço da economia que todas as nações tenham maiores acesso à educação, saúde e direitos sociais básicos. Todavia, ao mesmo tempo que o relatório mostra a importância desse acesso, ele demarca que mesmo com o acesso há muita desigualdade, persistindo a falta de qualidade “na entrega do aprendizado” (BANCO MUNDIAL, 2018, p.2).

Com o objetivo de vender a crise, o Banco Mundial conduziu uma análise e elucidou a razão pela qual diversos países ainda não atingiram a universalização do ensino elementar, sugerindo que os sistemas educacionais encarem a responsabilidade de garantir o aprendizado para todos. Desse modo, a educação desprovida de aprendizado mensurável passou a configurar uma injustiça, pois sem aprendizado, os alunos estarão condenados a “uma vida de pobreza e exclusão” (BANCO MUNDIAL, 2018, p.1).

Na introdução do documento, é mencionado que “[...] em diversos países, os resultados da aprendizagem costumam ser muito inferiores para os menos privilegiados” (BANCO MUNDIAL, 2018, p.1), evidenciando que a falta de qualidade pode ser atribuída à escassez de recursos econômicos. Para corroborar essa hipótese, o relatório explica que “[...] no Uruguai, as crianças pobres do sexto ano são avaliadas como 'não competentes' em matemática a uma taxa cinco vezes maior do que as crianças ricas.”

Assim, o Banco Mundial enaltece que precisamos vencer a pobreza para vencermos as barreiras da crise da aprendizagem. Isto é, “a crise da aprendizagem pode ser vista como um reflexo da pobreza econômica que mantém as nações desiguais, enfatizando a necessidade de alcançarmos melhores índices educacionais para eliminar o pauperismo” (QUEIROZ; LIMA; CHAVES, 2022, p.6).

As autoras ainda afirmam que o Banco demonstra em seu documento que há muitos jovens de baixa renda, pertencentes às nações em desenvolvimento, sendo afetados pela falta de qualidade do ensino oferecido, ressaltando que os níveis fundamental e médio não estão cumprindo adequadamente seu papel na formação de cidadãos financeiramente bem-sucedidos. Isso impede a entrada no mercado de trabalho e entrava o crescimento econômico do país (QUEIROZ; LIMA; CHAVES, 2022, p.6).

Neste cenário, podemos perceber que essa agência financeira responsabiliza a aprendizagem por fomentar uma educação que alcance melhor índice econômico, empregos e melhores rendas individuais. Logo, o Banco Mundial vem propondo desde 2018 uma série de estratégias políticas voltadas à diminuição da pobreza e a redução da “crise da aprendizagem”. Uma vez que afirma por meio de seu relatório de 2018, que “Sem aprendizagem, a educação não cumpre plenamente suas promessas como impulsora, tanto da eliminação da pobreza como da prosperidade compartilhada” (BANCO MUNDIAL, 2018. p.1).

O relatório enfatiza que aprimorar a educação é essencial para que o indivíduo se adapte às transformações impostas pelo capital e enfrente desafios, como o desemprego, especialmente entre os jovens (segmento no qual o desemprego é maior). A existência do desemprego revela a incapacidade da escola de formar jovens com as habilidades requeridas pelo mercado de trabalho. Para o Banco, garantir que todas as crianças e jovens não apenas ingressem na escola, mas também adquiram conhecimentos e habilidades relevantes, é uma abordagem estratégica para o aprendizado. Para tal, recomendam-se três pilares estratégicos: investimento prévio, investimento inteligente e investimento para todos.

Na reflexão de Guerra e Figueiredo (2021), o Banco adquire uma nova configuração a partir da falta de efetividade do direito à educação, exaltado por um discurso governamental no qual a escassez de acesso à educação é obstáculo para o progresso econômico e o avanço social. Para os autores:

A “crise”, quando deslocada para a aprendizagem, enaltece a individualidade que é sustentada, pelos argumentos do Banco Mundial, a partir da Teoria do Capital Humano. O conceito de aprendizagem, nas proposições e reformas neoliberais, expressa um caráter instrumental e dissolve a função do ensino, da apropriação da cultura e da ciência historicamente acumuladas. (GUERRA & FIGUEIREDO, 2021, p. 14-15).

Na visão do Banco Mundial, investir no desenvolvimento do capital humano por meio da educação traz vantagens tanto para os indivíduos, para a saúde e o emprego, quanto para a sociedade, estimulando o crescimento econômico, reduzindo a pobreza, fomentando a inovação, fortalecendo as instituições e promovendo a coesão social. Dessa forma, a educação desempenha um papel significativo “na busca pelos dois objetivos estratégicos do

Banco Mundial: eliminar a extrema pobreza e promover a prosperidade compartilhada” (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 5).

Uma reflexão necessária neste contexto, é que o relatório focaliza a categoria “aprendizagem” como uma categoria que irá realizar a promessa da educação, ou seja, é através da aprendizagem que os países pobres e em desenvolvimento irão cumprir a promessa de elevar a educação e por meio dela aliviar a pobreza.

A década de 1980, para Silva (2002), foi marcada pelo forte domínio do Banco Mundial nas políticas de educação na América Latina. O Banco, a partir desse momento, passa a englobar a educação como promotora do alívio da pobreza, dando ênfase a educação elementar. Para esse organismo, a pobreza se concentra nas cidades menores, nos campos, na periferia, onde a grande maioria das pessoas têm níveis muito baixos de escolaridade e a oportunidade de educação é escassa, sendo estes os fatores responsáveis por essas pessoas estarem muito abaixo do limite mínimo de renda do país.

De acordo com esse organismo esta situação pode ser resolvida através da educação elementar, sendo ela a melhor forma de se alcançar o pleno desenvolvimento escolar e o aumento de competência do indivíduo para o trabalho, retirando as pessoas da situação de vulnerabilidade escolar e colocando uma perspectiva de vida de acordo com as leis do mercado.

Embora o Banco colocasse a educação no centro do debate do alívio da pobreza e do desenvolvimento econômico, não havia anteriormente um trato especial dado a categoria aprendizagem como uma categoria essencial para a educação. Podemos refletir que a mudança de centralidade da categoria educação para aprendizagem, é fortalecida e disseminada como uma agenda sistemática para as políticas de educação na Declaração de Incheon (2015), documento que basilar da Agenda global de Educação 2030 (CHAVES,2019).

Para Carneiro (2019), a categoria “Aprendizagem” não pertence ao debate da educação. Apesar de serem tratadas na literatura muitas vezes como semelhantes, ou até mesmo no plano ideológico ambas serem apresentadas como sinônimos, para o autor elas não possuem a mesma finalidade e nem mesmo um consenso.

Enquanto a educação é definida por Tonet e Lessa (2008) como atividade humana responsável por repassar o legado humano e desenvolver o pertencimento ao gênero humano, a aprendizagem vem assumindo, para Carneiro (2019), uma gramática e concepção totalmente diferente. Esta vem sendo uma categoria que tem se reproduzido como ideologia da aprendizagem, da qual valoriza apenas conhecimentos e competências neoliberais. A aprendizagem passa a ser uma categoria guiada pela esfera da experiência e da aquisição de competências e habilidades do que pode ser aprendido nos diversos espaços, valorizando aquilo que é útil ao mercado de trabalho e também as avaliações externas.

Para Carneiro (2019), através das orientações multilaterais para o campo educacional, tem se instalado uma ideologia da aprendizagem, baseado na polaridade do ensino, reforçando metas e rendimento dirigido diretamente ao indivíduo na relação do aprender. Neste sentido, o autor enfatiza que a aprendizagem de maneira isolada, como proposta pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial “[...] se torna insuficiente e avessa a uma educação de fato” (CARNEIRO, 2019, p.46). A educação neste contexto, limitada a uma

dimensão do aprender, deixa de ser um instrumento de emancipação humana como apontado por Tonet (2005) e passa a ser apenas uma repetição de roteiro das avaliações externas que tem a função de moldar os sujeitos. O Banco enfatiza em várias passagens do documento que “avaliar a aprendizagem é torná-la um objetivo sério” (BANCO MUNDIAL, 2018, p.3).

Dessa forma, não podemos deixar de refletir que o Banco Mundial define e avalia a crise da aprendizagem através dos resultados dessas avaliações externas, enfatizando a sua centralidade. De acordo com esse organismo:

Os países precisam implementar uma série de avaliações dos estudantes de forma bem estruturada para ajudar os professores a orientar os alunos, melhorar a gestão do sistema e focar a atenção da sociedade na aprendizagem. Essas medidas podem resultar em exclusões ocultas, informar sobre escolhas de políticas e acompanhar o progresso. (2018, p.3).

Dessa maneira, a orientação de expandir a implementação das avaliações externas como forma de reduzir a “crise da aprendizagem” é uma maneira de se fortalecer o controle sobre as escolas e os objetivos do ensino. Para Oliveira (2020) as avaliações externas estão a principal estratégia apontada pelo Banco para mensurar a capacidade de geração de capital humano. Para o autor, a ênfase do Banco em testes padronizados demonstra que

[...] a incorporação do Pisa na legislação brasileira é reflexo da absorção do imaginário social difundido pelo OCDE. Ela traduz uma relação de poder, na qual revela uma posição de subordinação e colonização. Os parâmetros para definir o que é uma educação de qualidade para a sociedade brasileira são dados de fora dela (OLIVEIRA, 2020, p. 94-95).

Neste contexto percebemos que através da categoria crise da aprendizagem essa agência internacional financeira tem fortalecido sua participação no processo de ressignificação e intensificação das reformas educacionais nos países pobres, adentrando a escola e transformando a rotina e cultura escolar.

Além disso, no fenômeno da crise da aprendizagem, a escola e o professor são responsabilizados pela falta de aprendizado, como indicado em várias partes do documento analisado. Segundo Márcia Ângela Patrícia e Rosângela de Fátima Cavalcante França, afirmam “A pesquisa desqualifica as questões de classes, diferenças socioeconômicas e culturais, mesmo em se tratando de escolas públicas, ou seja, a responsabilidade pela suposta qualidade da educação pública recai sobre o professor” (PATRÍCIA; FRANÇA, 2021, p.7). De acordo com o Banco Mundial, a governança das escolas é o ponto de partida para buscar soluções locais e assumir a responsabilidade de superar a crise. Segundo o relatório “Um ajuste justo: uma análise da eficiência e a equidade do gasto público no Brasil” (2017), publicado pelo Banco Mundial, a principal causa do baixo desempenho educacional brasileiro, é a falta de qualificação docente:

A baixa qualidade dos professores é o principal fator restringindo a qualidade da educação. O magistério permanece uma profissão desprestigiada. Os requisitos para ingresso em cursos de licenciatura são fracos e a formação é de baixa qualidade. E além da pouca seletividade na contratação de professores para os sistemas educacionais estaduais e

municipais, os salários não são vinculados do desempenho. (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 127).

Percebemos que neste documento, o professor é descrito como um obstáculo para o avanço da educação, evidenciando uma clara tentativa de desacreditar a profissão docente e culparizar-lo pela crise da aprendizagem. Para Guerra, Gonçalves, Sandri e Figueiredo (2022, p.608), atribuir aos/às professores/as a responsabilidade pela não aprendizagem e, em consequência, pelos resultados dos/as estudantes em avaliações em larga escala, “normaliza as causas dos problemas sociais, como desemprego, fome, entre outros”. Dessa forma, mantém-se a “mesma concepção de mundo presente no projeto de educação proposto pelos organismos internacionais, com o respaldo do empresariado brasileiro”.

Percebemos que por meio da categoria “crise da aprendizagem” que o Banco tem legitimado a necessidade da implementação de políticas e programas/ações tutelado pelo Banco para reverter o caso de crise da aprendizagem, principalmente nos países da América Latina, orientando para estes países política neoliberal que guie a educação na direção da redução da pobreza e do crescimento econômico, fortalecendo a concepção neoliberal.

Essa intensificação da participação e interferência do Banco Mundial no aprofundamento das políticas educacionais nos países da América Latina é justificado pelo Banco Mundial a partir da sua assessoria técnica vendida sob o pretexto de melhorar a educação, impondo projetos e programas que modificam o currículo escolar, e a dinâmica de ensino para servir a um projeto que prevê os interesses privatistas.

Neste contexto a defesa de uma educação para todos e de um processo de aprendizagem inclusivo tende a enaltecer a lógica do mercado e da economia, que são fatores impulsionadores da desigualdade social. Nesse sentido, a educação é vista e tratada nos documentos do Banco Mundial como um meio para se atingir uma maior eficiência na redução da pobreza e no desenvolvimento da capacidade produtiva, no rol da divisão internacional do trabalho. Portanto, os investimentos em educação se tornam justificáveis quando se alcança o retorno estipulado pelos objetivos econômicos, mais especificamente, a formação do capital humano (GUERRA, GONÇALVES, SANDRI E FIGUEIREDO, 2022, p. 602).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo de analisar a categoria “Crise da Aprendizagem”, é possível visualizar um forte teor privatista na concepção de aprendizagem apresentada pelo Banco Mundial, uma vez que essa é uma categoria que prioriza as habilidades escolares mínimas que favorecem a formação para o trabalho simples. Há uma forte relação com o controle exercido pelas avaliações externas, que nos últimos anos têm reduzido a educação há um insumo econômico (CARA, 2019), dando corpo a um projeto de privatização que associa base nacional comum curricular, financiamento e avaliação externa, como parte de uma ofensiva neoliberal que é retomada no Brasil pós- golpe de 2016.

Além disso, nota-se no documento analisado que este fenômeno da crise da aprendizagem tem beneficiado a manutenção do controle sobre a escola e o ensino. Com o atual discurso que a educação passa por uma crise da aprendizagem o Banco legítima a necessidade de sua atuação e interferência na construção da política educacional na

Americana Latina, fortalecendo sua assessoria técnica na busca de concretização da Agenda Global de Educação 2030.

Podemos concluir, por fim, que os argumentos propostos pelo Banco Mundial relacionam intimamente a categoria “crise da aprendizagem” com a necessidade do aprofundamento das reformas neoliberais para a educação dos países da América Latina, uma vez que legitima sua assessoria técnica, seu aparato de pesquisa e o receituário já empregado nos países centrais, como a solução para a promoção de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2018*. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/3e5ba3ed-23f0-587c-adba-53c66776da6d/content>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BANCO MUNDIAL. *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito a educação. In: CÁSSIO, Fernando (Ed.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 25-32.

CARNEIRO, Silvio. Vivendo ou aprendendo... a “ideologia da aprendizagem” contra a vida escolar. In: CÁSSIO, Fernando (Ed.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. p.41-46.

GUERRA, Dhyovana et al. Argumentos do Banco Mundial sobre a crise de aprendizagem. *Retratos da Escola*, v. 16, n. 35, 2022.

GUERRA, Dhyovana; GONÇALVES, Amanda Melchiotti; SANDRI, Simone; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. Argumentos do Banco Mundial sobre a crise de aprendizagem. *Revista Retratos da escola*, [S. l.], v. 16, n. 35, 2022.

LEHER, Roberto. *Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*. Outubro, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEHER, Roberto; MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LETHEM, Francis. A assistência técnica do Banco Mundial. *Finanças & Desenvolvimento*, v. 2, n. 4, p. 16-21, 1982.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira*. Petrópolis: Vozes, 2020.

PATRÍCIA, Márcia Ângela; FRANÇA, Rosângela de Fátima Cavalcante. *Formação de professores no contexto das orientações do Banco Mundial*. Educação em Foco, Juiz de Fora, v. 26, 2021.

PEREIRA, João Márcio Mendes. As estratégias de assistência do Banco Mundial para o Brasil em perspectiva política (1990-2020). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 14, n. 37, nov., 2022.

PEREIRA, João Márcio Mendes; PRONKO, Marcela. *A demolição de direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980- 2013)*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2014.

QUEIROZ, Livian de Almeida; LIMA, Jociene Araujo; CHAVES, Emanuela Rutila Monteiro. Ensino remoto e crise da aprendizagem: críticas às prescrições do Banco Mundial. *Ensino em Perspectivas*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8759>. Acesso em: 7 jun. 2023.

SILVA, Maria Abadia. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas*. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.15-39.

TONET, Ivo. Cidadania ou emancipação humana. *Revista espaço acadêmico*, n. 44, p. 1-10, 2005.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Informações do(a)(s) autor(a)(es)

Nome do autor: Jociene Araujo Lima
Afiliação institucional: Universidade Estadual do Ceará
E-mail: jocienelima@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4276-6181>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7098333143047767>

Nome segundo autor: Emanuela Rutila Monteiro chaves
Afiliação institucional: Universidade do Rio Grande do Norte
E-mail: emanuelarutila@uern.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2099-2011>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5324515667830034>